

Inquérito Civil n. 06.2016.00008113-4

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA**, representado, neste ato, pelo Promotor de Justiça da Comarca de Tangará/SC, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e o **Município de Tangará**, representado neste ato pelo Sr. Nadir Baú da Silva, Prefeito, doravante designado **COMPROMISSÁRIO**, nos autos do Inquérito Civil n. 06.2016.00008113-4, autorizados pelo art. 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e pelo disposto no Ato n. 0395/2018/PGJ; e

**CONSIDERANDO** que ao Ministério Público compete, dentre outras atribuições constitucionais, a defesa da ordem jurídica e a tutela dos interesses sociais, difusos e coletivos (artigos 127 e 129, inciso III, da Constituição Federal), podendo, para tanto, manejar o Inquérito Civil e Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/85);

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos direitos das pessoas com deficiência, nos termos dos artigos 3º e 6º da Lei Federal n. 7.853/1989, regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.298/1999;

**CONSIDERANDO** que a vida e a saúde constituem direitos fundamentais do ser humano, sendo de relevância pública as ações e os serviços atinentes, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre a sua regulamentação, fiscalização e controle, na forma do artigo 197 da CRFB;

**CONSIDERANDO** que o Estatuto da Pessoa com Deficiência, instituído pela Lei n. 13.146/2015, estabeleceu em seu artigo 8º que “é dever do Estado, da sociedade e da família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, [...], à acessibilidade, [...], entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico”;

**CONSIDERANDO** que o artigo 25 do Estatuto da Pessoa Com Deficiência prevê que “os espaços dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, devem assegurar o acesso da pessoa com deficiência, em conformidade com a legislação em vigor, mediante a remoção de barreiras, por meio de projetos arquitetônico, de ambientação de interior e de comunicação que atendam às especificidades das pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual e mental”;

**CONSIDERANDO** que a formulação, a implementação e a manutenção das ações de acessibilidade atenderão às premissas de eleição de prioridades, elaboração de cronograma e reserva de recursos para implementação das ações, com planejamento contínuo e articulado entre os setores envolvidos” (artigo 61 da Lei n. 13.146/2015);

**CONSIDERANDO** que o artigo 19, §1º, do Decreto n. 5.296/04 determina que “a construção, ampliação ou reforma de edificações de uso público deve garantir, pelo menos, um dos acessos ao seu interior, com comunicação com todas as suas dependências e serviços, livre de barreiras e de obstáculos que impeçam ou dificultem a sua acessibilidade. - §1º No caso das edificações de uso público já existentes, terão elas prazo de trinta meses a contar da data de publicação deste Decreto para garantir acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida”;

**CONSIDERANDO** que os prazos estabelecidos no Decreto n. 5.296/2004 fluíram faz muito, porquanto as adaptações deveriam ocorrer, segundo o Decreto, até meados de 2007 para o caso de edificações de uso público;

**CONSIDERANDO** que o § 1º do artigo 60 da Lei n. 13.146/2015 condiciona a concessão e a renovação de alvará de funcionamento, para qualquer atividade, à observação e à certificação das regras de acessibilidade;

**CONSIDERANDO** os parâmetros estabelecidos pelas normas técnicas de acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, dentre elas a NBR 9050/2015, que fixa padrões e critérios que visam propiciar às pessoas com deficiência condições adequadas e seguras de acessibilidade autônoma a edificações, espaço, mobiliário e equipamentos urbanos;

**CONSIDERANDO** que o planejamento estratégico do Ministério Público de Santa Catarina elegeu como prioridade a promoção de medidas para adequação das condições de acessibilidade dos postos e unidades básicas de saúde existentes nos municípios catarinenses, garantindo, assim, o acesso das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida aos serviços de saúde;

**CONSIDERANDO** que em novo formulário de acessibilidade preenchido pela Engenheira do Município de Tangará constatou-se a existência de diversas irregularidades

existentes na estrutura física da unidade básica de saúde localizada no Centro do Município, no que diz respeito à acessibilidade; e

**CONSIDERANDO** a possibilidade de o Ministério Público firmar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no §6º do artigo 5º da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;

**RESOLVEM:**

Celebrar o presente compromisso de ajustamento de conduta, com fulcro no art. 5º, §6º, da Lei n. 7.347/85 e artigo 25 do Ato 0395/2018/PGJ, mediante as seguintes cláusulas:

**I - DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO MUNICÍPIO DE TANGARÁ**

**CLÁUSULA 1ª** - O Município de Tangará compromete-se a não mais construir estabelecimentos de saúde sem que obedeçam às Normas Técnicas de Acessibilidade da Associação Brasileira de Normas Técnicas, o Decreto n. 5.296/04, a Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor;

**CLÁUSULA 2ª** - O Município de Tangará compromete-se a executar as obras físicas de adaptação da Unidade Básica de Saúde central às exigências contidas nas normas técnicas de acessibilidade pertinentes no Decreto n. 5.296/04, na Lei n. 13.146/2015 e demais leis em matéria de acessibilidade em vigor, até 31 de julho de 2020.

**PARÁGRAFO 1º:** No prazo de 30 (trinta) dias após finalizada a execução das obras de adaptação, o COMPROMISSÁRIO deverá apresentar ao Ministério Público laudo subscrito por profissional das atividades de Engenharia, Arquitetura ou correlatas, devidamente inscrito no respectivo conselho de classe, atestando que a edificação atende integralmente às normas técnicas que tratam da acessibilidade.

**II - DA MULTA COMINATÓRIA**

**CLÁUSULA 3ª** - O não cumprimento da Cláusula Primeira, edificando-se estabelecimentos de saúde cujas edificações contrariem as normas técnicas e legislação em matéria de acessibilidade pertinente, sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento de uma multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de funcionamento do serviço, por cada estabelecimento de saúde.

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE TANGARÁ**

A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional do Preço do Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia de cada prática infracional até o efetivo desembolso, por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s);

**CLÁUSULA 4ª** - O não cumprimento da Cláusula Segunda sujeitará o COMPROMISSÁRIO ao pagamento de uma multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por dia de atraso, para cada edificação que ainda apresente obstáculos arquitetônicos ou que tenha sido reformada de modo diverso às exigências técnicas e legais em matéria de acessibilidade.

A multa será revertida ao Fundo para a Reconstituição dos Bens Lesados de Santa Catarina, cujo valor será atualizado de acordo com o Índice Nacional do Preço do Consumidor Amplo (IPCA), desde o dia seguinte ao término do prazo ajustado para entrega das obras necessárias até o efetivo desembolso, por meio da emissão de boleto bancário, sem prejuízo da adoção das medidas judiciais necessárias à correção da(s) ilegalidade(s) verificada(s);

**III - DO COMPROMISSO DO MINISTÉRIO PÚBLICO**

**CLÁUSULA 5ª** - O Ministério Público compromete-se a não adotar nenhuma medida judicial coletiva relacionada ao ajustado contra o COMPROMISSÁRIO, caso venha a ser cumprido integralmente o avençado.

**IV - DA VIGÊNCIA DO COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**CLÁUSULA 6ª** - O prazo do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta começará a contar a partir da sua aceitação.

**V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

**CLÁUSULA 7ª** - As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, que poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA 8ª** - As questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de Tangará/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

**CLAÚSULA 9ª** - Os signatários tomaram ciência de que este procedimento será arquivado e será instaurado procedimento de fiscalização do presente acordo extrajudicial.

Assim, por acharem justo e acertado, firmam as partes o presente Termo de Compromisso, em (duas) vias de igual teor, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, remetendo-se, juntamente com a promoção de arquivamento, ao Colendo Conselho Superior do Ministério Público, conforme dispõe o artigo 35 do Ato n. 395/2018/PGJ.

Tangará/SC, 22 de agosto de 2019.

**Alexandre Penzo Betti Neto**  
**Promotor de Justiça**  
*Assinatura Digital*

**Nadir Baú da Silva**  
**Prefeito Municipal**

**TESTEMUNHAS:**

**Letícia Marcon**  
**Assistente de Promotoria de Justiça**  
**Mat. 655.125-4**

**Katiúscia Leandro dos Angelo**  
**Assistente de Promotoria de Justiça**  
**Mat. 357.857-7**

**Larissa Vendruscolo**  
**Engenheira Civil**

**Sérgio Carlos Balbinote**  
**Advogado – OAB 18391**